

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	23
Capítulo 1 – A AÇÃO REGULATÓRIA DO ESTADO: Conceitos, contextualização de problemas e enfoque teórico.....	33
1. Perspectiva jurídica	35
2. Perspectiva econômica	42
3. Perspectiva política.....	53
3.1 Teoria política.....	54
3.2 Economia política	58
4. Contextualização dos problemas e enfoque teórico	64
Capítulo 2 – AS IDÉIAS E O SEU LUGAR.....	69
1. Princípios e experiências.....	69
1.1 A formação do Estado capitalista regulador.....	70
1.1.1 A formação do Estado capitalista regulador nos Estados Unidos	77
1.1.2 A formação do Estado capitalista regulador na Europa: diferenças e convergências em relação ao modelo norte-americano.....	99
2. Conclusões	107
Capítulo 3 – A FORMAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA REGULADOR NO BRASIL: Burocracia estatal e legitimidade democrática	109
1. O Estado tecnoburocrático-capitalista dependente	109
1.1 Os anéis burocráticos do Estado	117
1.2 A formação de políticas públicas setoriais	123
1.3 Burocracia estatal e mecanismos decisórios juridicamente institucionalizados	134

2. O novo Estado capitalista regulador no Brasil.....	138
3. Conclusões	150
Capítulo 4 – TEORIAS DA DEMOCRACIA E TEORIAS DA REGULAÇÃO: Eficiência econômica e legitimidade	155
1. A tensão entre eficiência econômica e legitimidade	157
1.1 As teorias da democracia e as teorias da regulação	170
1.2 O conceito procedimental de democracia: um conceito de demo- cracia deliberativa	191
2. Conclusões	201
Capítulo 5 – AUTONOMIA DECISÓRIA, DISCRICIONARIEDADE ADMI- NISTRATIVA E LEGITIMIDADE NO DEBATE BRASILEIRO.....	205
1. A autonomia decisória das agências reguladoras e o problema da legiti- midade no plano do direito constitucional brasileiro	206
2. A formação de políticas públicas setoriais no direito brasileiro: o conflito entre racionalidade substantiva e racionalidade formal	214
3. A tensão entre insulamento burocrático e legitimidade no debate sobre Estado e democracia no Brasil.....	226
4. Conclusões	244
Capítulo 6 – ANÁLISE POSITIVA: Um estudo da regulação do setor de tele- comunicações no Brasil após as privatizações.....	247
1. A Agência Nacional de Telecomunicações: o desenho institucional do órgão regulador e os limites da autonomia decisória	250
1.1 As formas de controle da autonomia decisória da Anatel no plano da separação de poderes (<i>accountability horizontal</i>)	250
1.2 Mecanismos de participação pública e legitimidade decisória sobre o conteúdo da regulação (mecanismos deliberativos de <i>accountability</i> <i>vertical</i>)	262
1.3 A participação na esfera pública brasileira: o caso da definição de normas sobre universalização de serviços de telecomunicações (condições de <i>accountability deliberativa vertical</i> na esfera pública)...	267
2. Conclusões	287
2.1 Conclusões sobre as formas de controle da autonomia decisória da Anatel no plano da separação de poderes (<i>accountability horizontal</i>) ..	287

2.2	Conclusões sobre os mecanismos de participação pública institucionalizados para o controle de decisões sobre a regulação do setor de telecomunicações (mecanismos deliberativos de <i>accountability vertical</i>)	293
2.3	Conclusões sobre os índices de participação no caso da definição de normas sobre universalização de serviços de telecomunicações (condições de <i>accountability deliberativa vertical</i>).....	297
	CONCLUSÃO	301
	BIBLIOGRAFIA	303
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	319
	ÍNDICE ONOMÁSTICO	329